

CADERNO DE PROVA OBJETIVA

NÍVEL SUPERIOR

CARGO: CONTADOR

INSTRUÇÕES

Antes de iniciar, confira as páginas de seu Caderno de Prova e sua sequência numérica das questões, comunicando qualquer falha ao fiscal para providências, pois não poderá fazê-lo posteriormente.

- Este caderno contém a PROVA OBJETIVA com 100 (cem) questões, sem repetição ou falhas.
- O tempo disponível para realização da prova será de **4 horas e 30 minutos**, não havendo prorrogação por qualquer motivo.
- Para cada uma das questões, serão apresentadas 5 (cinco) alternativas designadas pelas letras:
A)
B)
C)
D)
E)
- Assinale UMA ÚNICA ALTERNATIVA PARA CADA QUESTÃO.
- A rasura ou a marcação em mais de uma alternativa no CARTÃO-RESPOSTA, ANULA A MARCAÇÃO DA QUESTÃO.
- No CARTÃO-RESPOSTA, as questões são representadas por seus respectivos números. O candidato **deverá marcar as 100 (cem) questões**, correspondentes ao número de questões deste caderno de prova.
- Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar seus limites. Exemplo:

- O candidato deverá assinar o Cartão-Resposta e transcrever para ele o texto/frase a seguir, sob pena de eliminação:

“Cultive, cuide, queira bem, o resto vem.”

- O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, riscado ou manchado, pois este documento não é substituível.
- Os três últimos candidatos deverão sair juntos e assinar a ata de sala.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

TEXTO I

Sem quórum, Câmara adia novamente leitura da segunda denúncia contra Temer

Sessão do plenário não foi realizada por causa da baixa presença de deputados. Supremo só poderá analisar denúncia contra o presidente se a Câmara autorizar.

Por Fernanda Calgare e Alessandra Modzeleski,
G1, Brasília

25/09/2017

Pela segunda vez, Câmara dos Deputados adiou, nesta segunda-feira (25), a leitura da nova denúncia contra o presidente Michel Temer, apresentada pela Procuradoria Geral da República. Não houve presença suficiente de parlamentares para a abertura da sessão de plenário. A leitura é uma formalidade para o processo ter andamento na Casa.

A sessão de plenário havia sido agendada para iniciar às 14h. Era necessário que, dos 513 deputados, pelo menos 51 deputados estivessem presentes para que ela fosse aberta. No entanto, 30 minutos depois, com apenas 23 parlamentares na Casa, dos quais nove presentes no plenário, a reunião foi cancelada. Uma nova sessão foi marcada para a manhã de terça-feira (26).

A denúncia contra Temer foi entregue pelo Supremo Tribunal Federal (STF) à Câmara na quinta-feira (21). Na sexta-feira (22), a leitura já havia sido adiada, depois que a sessão do plenário foi cancelada, também por falta de quórum.

Um dos deputados presentes nesta segunda, Chico Alencar (Psol-RJ) afirmou que acreditava que o quórum seria alcançado e trouxe a denúncia impressa para acompanhar a leitura. Segundo ele, a demora do governo em concluir essa etapa já é vista como uma estratégia para angariar apoio.

"A indagação que fica é: tendo pressa em enterrar logo essa denúncia, por que

governistas não se mobilizam para dar o quórum aqui? Parece que isso tudo, na verdade, faz parte do jogo. É uma sinalização que eles vão vender carinho esse apoio ao governo, como toda e qualquer matéria".

Denúncia

Temer foi denunciado ao STF pelos crimes de organização criminosa e obstrução de Justiça. Mas a Corte só poderá analisar a acusação se a Câmara autorizar.

A votação pode acontecer em outubro, segundo estimou o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Nesta quinta, o Supremo rejeitou, por 10 votos a 1, pedido da defesa de Temer para suspender o envio da denúncia à Câmara.

Os advogados do presidente queriam que a Corte aguardasse a conclusão das investigações sobre se executivos da J&F omitiram informações nas delações premiadas. As provas apresentadas por eles compõem parte da denúncia contra Temer.

Análise na Câmara

Assim como na primeira denúncia oferecida contra Temer, por corrupção passiva, caberá à Câmara dos Deputados decidir se autoriza ou não a continuidade do processo ao Supremo.

Se a denúncia seguir para o STF e os ministros decidirem aceitá-la, Temer se tornará réu e será afastado do mandato por até 180 dias.

Mas, para a acusação da PGR contra o presidente seguir para a Corte, são necessários os votos de, no mínimo, 2/3 dos deputados, ou seja, 342 dos 513.

Se a Câmara não der aval ao prosseguimento do processo, a denúncia ficará parada até o fim do mandato de Temer, em 31 de dezembro de 2018.

<https://g1.globo.com/politica/noticia/sem-quorum-camara-adia-novamente-leitura-da-nova-denuncia-contra-temer.ghtml>

QUESTÃO 1

O uso dos vocábulos no diminutivo tem várias funcionalidades em um texto. Sendo assim, assinale a alternativa que esclarece o uso do diminutivo para a construção da mensagem do parágrafo 5.

- A) Intui um significado pejorativo para o contexto criado pelo período.
- B) Traduz a potencialidade do ato do verbo “vender”.
- C) Expõe a descrença de Chico Alencar (Psol-RJ) em relação aos atos do presidente Temer.
- D) Soma crítica ao discurso elaborado pelo deputado Chico Alencar (Psol-RJ).
- E) Demonstra, de forma crítica, a crise na situação partidária vivenciada pelo Brasil.

QUESTÃO 2

De que maneira podemos ajustar o período “Se a denúncia seguir para o STF e os ministros decidirem aceitá-la, Temer se tornará réu e será afastado do mandato por até 180 dias” (Parágrafo 11) para que se perceba relação de causa e consequência na informação, sem que haja alteração de significado na mensagem?

- A) Caso a denúncia siga para o STF e os ministros decidirem aceitá-la, Temer se tornara réu e será afastado do mandato por até 180 dias.
- B) Para que a denúncia siga para o STF e os ministros decidam aceita-la, Temer deverá se tornara réu e será afastado do mandato por até 180 dias.
- C) A denúncia seguindo para o STF e os ministros decidindo aceitá-la, Temer se tornará réu e será afastado do mandato por até 180 dias.
- D) A denúncia seguindo para o STF e os ministros decidindo aceitá-la, no entanto Temer se tornará réu e será afastado do mandato por até 180 dias.
- E) Por mais que a denúncia siga para o STF e os ministros decidam aceitá-la, Temer se torna réu e será afastado do mandato por até 180 dias.

QUESTÃO 3

Observe a estruturação sintática dos períodos 1 e 2 para, em seguida, dispor sobre o uso do acento grave nos períodos. Verifique as declarações a respeito e opte pela alternativa **correta**.

1. Nesta quinta, o Supremo rejeitou, por 10 votos a 1, pedido da defesa de Temer para suspender o envio da denúncia à Câmara.
2. Assim como na primeira denúncia oferecida contra Temer, por corrupção passiva, caberá à Câmara dos Deputados decidir se autoriza ou não a continuidade do processo ao Supremo.

Observe as declarações:

I- No caso 1, o uso do acento grave é exigido por conta da predicação verbal, tendo em vista que o verbo “REJEITOU” é verbo bitransitivo, sendo o objeto direto é todo o trecho “pedido da defesa de Temer para suspender o envio da denúncia” e o objeto indireto é “à Câmara”.

II- No caso do período 2, “caberá” também é um verbo transitivo direto, tendo o objeto direto “à Câmara dos Deputados”.

III- Tratando dos dois casos, levantados pelos períodos 1 e 2, podemos declarar que, no período 1, a regência da preposição está centrada na expressão “envio”, exigindo o uso do acento grave que se funde com o artigo do vocábulo “Câmara”. Já no período 2, a regência da preposição está sob a influência do verbo “caberá” por se tratar de um verbo transitivo indireto.

Assinale a alternativa coerente quanto às declarações I, II e III.

- A) A declaração I está verdadeira.
- B) A declaração II está verdadeira.
- C) Apenas a declaração III está verdadeira.
- D) As declarações I e II estão verdadeiras.
- E) Todas as declarações estão falsas.

QUESTÃO 4

Na estruturação do seguinte parágrafo, verificamos que há repetições de termos desnecessários. Verifique em que item sua reescrita demonstra soluções para tal desvio textual.

A leitura de novas denúncias contra o presidente Michel Temer é uma formalidade para o processo ter andamento na Câmara dos Deputados. Fazer a leitura era um dos objetivos do deputado Chico Alencar (Psol-RJ), pois foi um dos poucos presentes que levou as novas denúncias impressas.

A) A leitura de novas denúncias contra o presidente Michel Temer é uma formalidade para o processo ter andamento na Câmara dos Deputados. Fazer a leitura era um dos objetivos do deputado Chico Alencar (Psol-RJ), pois foi um dos poucos presentes que levou o documento.

B) A leitura de novas denúncias contra o presidente Michel Temer é uma formalidade para o processo ter andamento na Câmara dos Deputados. Fazer ela era um dos objetivos do deputado Chico Alencar (Psol-RJ), pois foi um dos poucos presentes que levou tal documento impresso.

C) A leitura de novas denúncias contra o presidente Michel Temer é uma formalidade para o processo ter andamento na Câmara dos Deputados. Fazê-la era um dos objetivos do deputado Chico Alencar (Psol-RJ), pois foi um dos poucos presentes que levou o documento impresso.

D) A leitura delas contra o presidente Michel Temer é uma formalidade para o processo ter andamento na Câmara dos Deputados. Fazê-la era um dos objetivos do deputado Chico Alencar (Psol-RJ), pois foi um dos poucos presentes que levou as novas denúncias impressas.

E) A leitura de novas denúncias contra o presidente Michel Temer é uma formalidade para o processo ter andamento na Câmara dos Deputados. Fazer ela era um dos objetivos do deputado Chico Alencar (Psol-RJ), pois foi um dos poucos presentes que levou as novas denúncias impressas.

TEXTO II

JOSÉ

E agora, José?
 A festa acabou,
 a luz apagou,
 o povo sumiu,
 a noite esfriou,
 e agora, José?
 e agora, você?
 Você que é sem nome,
 que zomba dos outros,
 Você que faz versos,
 que ama, protesta?
 e agora, José?

Está sem mulher,
 está sem discurso,
 está sem carinho,
 já não pode beber,
 já não pode fumar,
 cuspir já não pode,
 a noite esfriou,
 o dia não veio,
 o bonde não veio,
 o riso não veio,
 não veio a utopia
 e tudo acabou
 e tudo fugiu
 e tudo mofou,
 e agora, José?

E agora, José?
 Sua doce palavra,
 seu instante de febre,
 sua gula e jejum,
 sua biblioteca,
 sua lavra de ouro,
 seu terno de vidro,
 sua incoerência,
 seu ódio, - e agora?

Com a chave na mão
 quer abrir a porta,
 não existe porta;
 quer morrer no mar,
 mas o mar secou;
 quer ir para Minas,
 Minas não há mais!
 José, e agora?

Se você gritasse,
se você gemesse,
se você tocasse,
a valsa vienense,
se você dormisse,
se você cansasse,
se você morresse...
Mas você não morre,
você é duro, José!

Sozinho no escuro
qual bicho-do-mato,
sem teogonia,
sem parede nua
para se encostar,
sem cavalo preto
que fuja do galope,
você marcha, José!
José, para onde?

Carlos Drummond de Andrade

QUESTÃO 5

O texto II complementa o raciocínio implícito no texto I que, embora de caráter imparcial e informativo, cria, em alguns leitores, um posicionamento em relação à situação política atual de nosso país. Assinale o item onde se esclarece tal interpretação do leitor quando faz a análise do texto I e II.

- A) No texto I, é exposta uma situação política de denúncia quanto ao atual presidente em exercício do país. Na exposição da situação, fica evidente a apatia dos deputados por não acreditarem que qualquer votação, em relação ao andamento do processo de denúncia contra Temer, faria efeito para reverter a situação política do país. No texto II, percebemos uma concepção pessimista em relação à vida de José.
- B) Tanto no texto I como no II, há uma total e clara perspectiva negativa da existência humana.
- C) Não há como estabelecer relação entre o discurso do texto I com o texto II.
- D) Muitas são as perspectivas de interpretação do texto I, inclusive não podemos tratar o destino da denúncia como indefinido.
- E) O texto II, embora de composição cronológica anterior ao texto I e de gênero

textual diverso, o eu lírico deixa claro a falta de perspectiva para a existência de José. Também ao ler o texto I, a falta de perspectiva pode existir, tendo em vista que está indefinido o destino da denúncia.

QUESTÃO 6

Aponte o verso do texto JOSÉ em que se percebe uma expectativa de esperança dada pelo eu lírico.

- A) Verso 01
B) Verso 03
C) Verso 04
D) Verso 05
E) Verso 06

QUESTÃO 7

Identifique o período, subtraído do texto I, que tem o trecho sublinhado que exerce a mesma função sintática do verso sublinhado na seguinte estrofe:

Sozinho no escuro
qual bicho-do-mato,
sem teogonia,
sem parede nua
para se encostar,
sem cavalo preto
que fuja do galope,
você marcha, José!
José, para onde?

- A) Era necessário que, dos 513 deputados, pelo menos 51 deputados estivessem presentes para que ela fosse aberta.
- B) No entanto, 30 minutos depois, com apenas 23 parlamentares na Casa, dos quais nove presentes no plenário, a reunião foi cancelada.
- C) Um dos deputados presentes nesta segunda, Chico Alencar (Psol-RJ) afirmou que acreditava que o quórum seria alcançado e trouxe a denúncia impressa para acompanhar a leitura

D) [...]tendo pressa em enterrar logo essa denúncia, por que governistas não se mobilizam para dar o quórum aqui?

E) Os advogados do presidente queriam que a Corte aguardasse a conclusão das investigações sobre se executivos da J&F omitiram informações nas delações premiadas.

QUESTÃO 8

Sobre a redação oficial, é inverídico afirmar que:

A) A redação oficial se trata da maneira pela qual o Poder Público redige atos normativos e comunicações.

B) De intencionalidade para a comunicação pública, os atos normativos não podem ser textos de natureza obscura. Assim a publicidade implica, necessariamente, na clareza e concisão.

C) As comunicações oficiais não são necessariamente uniformes, tendo em vista que o Serviço Público não é o único comunicador, bem como não é o único receptor.

D) A redação oficial não é, portanto, necessariamente árida e infensa à evolução da língua. É que sua finalidade básica – comunicar com impessoalidade e máxima clareza – impõe certos parâmetros ao uso que se faz da língua, de maneira diversa daquele da literatura, do texto jornalístico, da correspondência particular, etc.

E) A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade.

QUESTÃO 9

A partir das normas do Manual de Redação da Presidência da República, o endereçamento das comunicações dirigidas às autoridades, tratadas por Vossa Excelência, terão as seguintes formas:

I

A Sua Excelência o Senhor

Fulano de Tal

Ministro de Estado da Justiça

70.064-900 – Brasília. DF

II

A Sua Excelência o Senhor

Senador Fulano de Tal

Senado Federal

70.165-900 – Brasília. DF

III

Ao Excelentíssimo o Senhor

Fulano de Tal

Defensor Público

Rua ABC, nº. 123

01.010-000 – São Paulo. SP

Aponte a opção verdadeira:

A) O modelo I é o único correto;

B) Apenas os modelos II e III estão corretos;

C) O modelo III é o único correto;

D) Apenas os modelos I e II estão corretos;

E) Todos os modelos são reconhecidos pelo Manual de Redação da Presidência da República.

QUESTÃO 10

Aponte os aspectos comuns utilizados ao redigir *ofícios*, *avisos* e *memorandos*.

- A) **Tipo** e **número** do expediente, seguido da sigla do órgão a que se destina.
- B) **Local** e **data** em que foi assinado, por extenso, com alinhamento à esquerda.
- C) **Destinatário**: o nome e o cargo da pessoa a quem é dirigida a comunicação. No caso do memorando, deve ser incluído também o endereço.
- D) O **Assunto** pode ser facultativo no aviso.
- E) No **texto**, os parágrafos devem ser numerados, exceto nos casos em que estes estejam organizados em itens ou títulos e subtítulos.

QUESTÃO 11

Para Aristóteles, a excelência moral é o que torna o homem bom e justo. Assinale a alternativa **correta**.

- A) A excelência moral independe de nossas escolhas.
- B) Nossas escolhas são impetradas pelo acaso e não podemos de modo algum, nos tornar melhores pelo uso da reta razão.
- C) Para alcançarmos a excelência moral, o cálculo entre o excesso, a falta e a questão da moderação, são elementos supérfluos e desnecessários.
- D) A excelência moral é uma forma de disposição que se relaciona com nossas ações e emoções e que, quando bem cultivada, promove a mediania e a moderação.
- E) Para Aristóteles, o alcance da postura ética depende, estritamente, da sorte e do acaso. O exercício do hábito, no caso, possui papel secundário em relação à excelência moral.

QUESTÃO 12

Existem diversas teorias clássicas que tratam da ética e da moral. Um pensador muito conhecido e fundamental em relação ao tema é Maquiavel. Considerando a importância do autor, sua obra e sua teoria, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Maquiavel é o autor da obra “Ética a Nicômaco”, na qual ele defende que todas as coisas tendem a um bem qualquer e que as relações entre a ética e a política não devem se pautar no realismo político.
- B) Segundo o pensador Maquiavel, devemos observar a realidade efetiva das coisas, e as relações éticas e políticas precisam ter um olhar realista.
- C) Ao escrever a obra “O Príncipe”, Maquiavel mostra o quanto os homens tendem às suas inclinações, sendo que, muitas vezes, se mostram egoístas, ingratos e ávidos de lucro. Sendo assim, para governar com excelência, o governante deve estar atento às inclinações humanas e interpretar os acontecimentos políticos de forma realista.
- D) O príncipe (governante) deve ser capaz de interpretar a verdade efetiva das coisas, mesmo que, às vezes, ela seja extremamente suja, cruel e corrompida.
- E) Interpretar a ética e a política de forma realista é fundamental.

QUESTÃO 13

Considerando as teorias de Aristóteles e Maquiavel, em relação ao tema da ética, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Para Aristóteles, todas as coisas tendem a um bem qualquer. Dessa forma, cada coisa tem uma finalidade (teleologia). A finalidade do homem, considerando que sua parte mais elevada é a alma, é o cultivo e o uso adequado da razão.
- B) Para Maquiavel, a ética adequada para um pai de família pode não ser para um governante. Sendo assim, o governante deve ser sábio e astuto para interpretar as coisas de forma realista.

C) Aristóteles e Maquiavel possuem teorias éticas semelhantes, embora Aristóteles seja um idealista radical e Maquiavel defende uma teleologia absolutamente contrária ao realismo político.

D) Aristóteles é um importante filósofo grego que foi discípulo de Platão.

E) Para Maquiavel, o apoio do povo ao governante é o fundamento mais sólido para um estado. Quando o povo apoia o Príncipe, é muito mais fácil para ele governar.

QUESTÃO 14

Considerando o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa **incorreta**.

A) O Capítulo I, Seção I, trata das regras “deontológicas”. Por regras “deontológicas” devemos entender os deveres do servidor público.

B) Elementos como a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são norteadores do servidor público.

C) O servidor público não deve, jamais, desprezar o elemento ético de sua conduta. Nestes termos, podemos considerar que o servidor público deve ser um sujeito ético.

D) O Capítulo I, Seção I, trata das regras “deontológicas”. Por regras “deontológicas” não devemos entender os deveres do servidor público. Esta seção, na verdade, trata estritamente das vantagens individuais e benefícios que alcança todo aquele que assume qualquer cargo público.

E) A moralidade do ato administrativo é fundamental. Ela exige observância e equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, no âmbito da conduta do servidor público.

QUESTÃO 15

Considerando o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa **incorreta**.

A) São os tributos pagos direta ou indiretamente por todos que custeiam a remuneração de todo servidor público.

B) Embora pareça que sim, de fato não são os tributos pagos direta ou indiretamente por todos que custeiam a remuneração de todo servidor público.

C) Há uma contrapartida em relação à remuneração do servidor público. Enquanto sujeito ético de posição fundamental à sociedade, é necessário que sua moralidade administrativa se integre no Direito e na moralidade, agindo em favor da legalidade.

D) Ao exercer sua função, o servidor público age perante a comunidade e essa sua ação deve ser entendida como um acréscimo ao seu próprio bem-estar individual.

E) Enquanto cidadão, integrante da sociedade, para o funcionário público, o êxito do trabalho coletivo deve ser internalizado como o seu maior patrimônio.

QUESTÃO 16

Considerando o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa **correta**.

A) A função pública não deve ser tida como exercício profissional, embora ela se integre, naturalmente, na vida particular de cada servidor público.

B) No dia a dia do trabalho, para o servidor público, os fatos e atos verificados em sua vida privada não poderão jamais crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.

C) O artigo VII da Seção I, do capítulo I, afirma que: “salvo os casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública, a serem preservados em processo previamente

declarado sigiloso, nos termos da lei, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar”.

D) Nem toda pessoa tem “direito à verdade”. Eis o que afirma o artigo VIII da Seção I, do capítulo I.

E) Em vista de o artigo VIII da Seção I, do capítulo I, explicar que nem toda pessoa tem direito à verdade, quando necessário, ocorre que eventualmente o servidor público poderá falseá-la, desde que devidamente aprovado e requerido pelo chefe.

QUESTÃO 17

Considerando o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa **correta**.

A) Com muita propriedade, o artigo VIII da Seção I, do capítulo I, explica que “nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma Nação”.

B) Ações e hábitos como a cortesia, a boa vontade, o cuidado, etc., são coisas que trazemos de casa e que não precisam, de modo algum, ser cultivadas e aprimoradas pelo servidor público.

C) Ao dizer a verdade, esforço e disciplina são facultativos para o servidor público.

D) Tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente não significa, de forma alguma, causar-lhe dano moral. São coisas que acontecem e basta que o servidor peça desculpas, caso seja solicitado pelo seu respectivo chefe.

E) O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal não orienta o servidor público em relação a como proceder de forma

adequada em suas relações interpessoais de trabalho.

QUESTÃO 18

Considerando o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa **incorreta**.

A) O artigo IX da Seção I, do capítulo I, explicita que “causar dano a qualquer bem pertencente ao patrimônio público, deteriorando-o, por descuido ou má vontade, não constitui apenas uma ofensa ao equipamento e às instalações ou ao Estado, mas a todos os homens de boa vontade que dedicaram sua inteligência, seu tempo, suas esperanças e seus esforços para construí-los”.

B) O servidor precisa estar atento às ordens legais dos seus superiores, em vista da boa execução do serviço público.

C) Dentro de seu setor e de suas competências, o funcionário público deve primar pela excelência e evitar a formação de filas longas e atraso na prestação do serviço.

D) O servidor público deve promover o bem comum e evitar a todo o custo que os bens públicos se deteriorem.

E) O servidor público deve promover o bem comum, embora não seja o seu papel evitar que os bens públicos se deteriorem.

QUESTÃO 19

Considerando o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética profissional do servidor público civil do poder executivo federal, assinale a alternativa **correta**.

A) Conforme bem explica o artigo XII da Seção I, do capítulo I, “Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas”.

B) O serviço público é um lugar de conflito, portanto, ao servidor público, nem sempre,

cabe que ele busque a harmonia e o espírito coletivo.

C) A atividade pública não é uma grande oportunidade para o crescimento e engrandecimento da nação. A atividade pública é um mal necessário.

D) O respeito, a harmonia e a conduta ética são elementos facultativos da ação do funcionário público. Como sugere o pensador Maquiavel, existem meios que justificam os fins. Portanto, por vezes, é necessário e aceitável agir de forma antiética no serviço público, isto porque o serviço público é um local de conflitos.

E) O servidor público deve evitar todo e qualquer ato de transparência e publicidade.

QUESTÃO 20

Considerando o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa **incorreta**.

A) A Seção II, ao tratar “Dos Principais deveres do servidor público”, mostra que o servidor público tem muitos direitos e pouquíssimos deveres. É por isso que muita gente se esforça para entrar no serviço público, isto é, para adquirir muitos direitos e poucos deveres.

B) É dever do servidor público desempenhar suas funções de cargo, setor e função.

C) É dever do servidor público desempenhar sua função a tempo, com excelência e em consonância às instruções organizacionais e normas estabelecidas.

D) É dever do servidor público zelar, quando do exercício do direito de greve, segundo às exigências da defesa da vida e da segurança coletiva.

E) É dever do servidor público ter consciência que o seu trabalho é regido por princípios éticos.

QUESTÃO 21

Considerando o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa **correta**.

A) No serviço público, é fundamental ter uma postura obediente. Fundamental é aceitar as exigências da chefia, mesmo que, por vezes, pareçam estranhas e contrárias ao bem comum.

B) Elementos como ser probo, reto, leal e justo, são facultativos no exercício do trabalho público. Manter boas relações de trabalho e ter bom caráter são coisas distintas e que não se relacionam diretamente com o serviço público.

C) Por vezes, caso ele considere adequado, o funcionário está previamente autorizado a retardar algumas prestações de contas, mas não todas.

D) Quando estiver no trabalho, diante de duas opções, o funcionário público deve escolher a que lhe dê menos trabalho individualmente, mesmo que essa opção não seja a melhor e mais vantajosa para o bem comum.

E) Dentro do serviço público, é necessário que o servidor tenha consciência de que o seu trabalho é norteado por princípios éticos que são materializados cotidianamente na adequada prestação dos serviços públicos. A função do servidor público também é, certamente, uma função ética.

QUESTÃO 22

Considerando o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa **incorreta**.

A) Cabe ao servidor público tratar cuidadosamente os usuários dos serviços, bem como aperfeiçoar os processos de comunicação e contato com o público.

B) O respeito à hierarquia, no âmbito do serviço público, é absoluto e independe de circunstâncias específicas. No caso, é vetado o direito de representar contra qualquer

comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal. Eis o que afirma com muita propriedade a Seção II, em seu artigo XIV.

C) Na verdade, no âmbito do serviço público, deve-se estar atento ao respeito à hierarquia, embora sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal, desde que em conformidade com os princípios da ética e do bem comum.

D) É um dever do servidor público resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores individuais e contrários ao bem comum.

E) O servidor público deve ser assíduo e trabalhar de forma ordenada.

QUESTÃO 23

Considerando o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa **incorreta**.

A) É responsabilidade de todo servidor público manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho.

B) O servidor público deve cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas de seu cargo ou função, tanto quanto possível. Por vezes, ele pode evitar fiscalizações de seus atos ou de seu setor, desde que devidamente instruído pelos superiores, ainda que tais instruções pareçam incidir contra o bem comum.

C) É dever do servidor público manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções.

D) O funcionário público deve abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público.

E) O funcionário público deve apresenta-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função.

QUESTÃO 24

Considerando a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a qual versa sobre as Sanções Aplicáveis aos Agentes Públicos, assinale a alternativa **incorreta**.

A) Estão também sujeitos às penalidades desta lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

B) Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.

C) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.

D) No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.

E) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, não caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito, em hipótese alguma, representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

QUESTÃO 25

Considerando a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a qual versa sobre as Sanções Aplicáveis aos Agentes Públicos, em vista do Capítulo II, Seção I, Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito, assinale a alternativa **incorreta**.

A) O artigo 9º explica com propriedade que: "Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo,

mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei”.

B) Constitui ato de improbidade administrativa receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.

C) Constitui ato de improbidade administrativa perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º por preço superior ao valor de mercado.

D) Não há desacerto ou ato de improbidade administrativa em aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.

E) Constitui ato de improbidade administrativa adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.

QUESTÃO 26

A CODESAIMA foi criada com a finalidade de promover o desenvolvimento rural e urbano no seu território de atuação. Para a consecução desse objetivo, a empresa poderá promover diversas medidas, **exceto**:

A) elaborar projetos relacionados à colonização e mineração;

B) elaborar e executar, em convênio com os Municípios, projetos relativos à ocupação racional das áreas urbanas;

C) distribuir lucros aos empregados, anualmente, sempre que houver superávit da empresa;

D) participar do capital de empresas de produção, beneficiamento e industrialização de produtos primários;

E) praticar atos de comércio e de indústria.

QUESTÃO 27

O regime jurídico aplicável à CODESAIMA é o da legislação que rege as:

A) sociedades em nome coletivo;

B) sociedades simples;

C) sociedades limitadas;

D) empresas públicas;

E) sociedades anônimas.

QUESTÃO 28

De acordo com a Lei federal n. 6.693/79, **não** se insere entre os órgãos integrantes da estrutura societária da CODESAIMA:

A) o conselho de administração;

B) o conselho de consumidores;

C) a diretoria;

D) o conselho fiscal;

E) a assembleia geral de acionistas.

QUESTÃO 29

Por força de lei, constitui recurso financeiro pertencente à CODESAIMA:

A) o capital intelectual produzido no interior da companhia;

B) o valor arrecadado a título de encargos trabalhistas e sociais dos empregados;

C) os bens patrimoniais de propriedade do Estado de Roraima;

D) o valor descontado em folha de pagamento oriundo de empréstimos consignados obtidos pelos empregados;

E) as doações recebidas de pessoas físicas ou jurídicas.

QUESTÃO 30

No que tange à atividade de controle dos bens e valores públicos administrados pela CODESAIMA, é **correto** afirmar que:

- A) externamente, está sujeita ao controle do Tribunal de Contas;
- B) se submete ao controle do Ministério Público, que aprovará todas as suas alterações estatutárias;
- C) o Conselho Fiscal é competente para exercer o controle externo, podendo fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais;
- D) por possuir autonomia patrimonial e administrativa, não se sujeita a controle externo, mas apenas aos mecanismos de controle interno;
- E) em virtude de integrar a Administração Pública do Estado de Roraima, em hipótese alguma, sofrerá fiscalização pelo Tribunal de Contas da União.

QUESTÃO 31

De acordo com a Constituição estadual, constitui objetivo fundamental do Estado de Roraima:

- A) promover a igualdade entre os estados;
- B) garantir o desenvolvimento nacional sustentável;
- C) definir as microrregiões prioritárias para produção de alimentos e demais explorações, de acordo com as vocações naturais do Estado;
- D) incentivar o intercâmbio socioeconômico, cultural, político e ambiental com os países da América Latina;
- E) assegurar a observância do princípio da livre ocupação do território.

QUESTÃO 32

Em conformidade com a Constituição do Estado de Roraima, assinale a alternativa **correta**.

- A) Em hipótese alguma o Estado intervirá no Município.
- B) A Constituição estadual possui um catálogo ou rol de direitos fundamentais semelhante ao previsto no art. 5º da Constituição Federal.
- C) A propriedade privada é enumerada como um direito social.
- D) Os municípios não possuem Constituições próprias, sendo regidos pelas respectivas leis orgânicas, que observarão os princípios da Constituição Federal e da estadual.
- E) O Governador, com autorização da Assembleia Legislativa, poderá decretar a transferência da Capital, temporariamente, para outra cidade do território nacional.

QUESTÃO 33

Analise as proposições seguintes acerca do aproveitamento dos recursos minerais em face das regras da Constituição Estadual.

- I. Incluem-se expressamente entre os bens do Estado de Roraima os recursos minerais, inclusive os do subsolo, situados em seu território.
- II. As empresas mineradoras aplicarão anualmente parte dos recursos gerados com o aproveitamento dos bens minerais nos Municípios em que estiverem situadas as minas e jazidas.
- III. É obrigação das empresas mineradoras promoverem a recuperação do solo e o reflorestamento em locais onde foram executadas atividades de mineração.

Está **correto** o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) I e II.
- C) II e III.
- D) I, II e III.
- E) III, apenas.

QUESTÃO 34

No tocante às disposições da Constituição do Estado de Roraima sobre a organização dos Poderes, assinale a opção **correta**.

- A) Perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo público, mesmo que em virtude de aprovação em concurso público.
- B) O Governador e o Vice-Governador deverão ser domiciliados na Capital do Estado de Roraima.
- C) 15 dias é o período máximo que o Governador pode ausentar-se para o exterior sem autorização da Assembleia Legislativa.
- D) Os Secretários de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de 18 anos e no exercício dos direitos políticos.
- E) Compete ao Governador a iniciativa da proposta orçamentária da Defensoria Pública, órgão da Administração Direta, dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

QUESTÃO 35

O Estado detém competência para, concorrentemente com a União, legislar sobre:

- A) interesses locais;
- B) desapropriação;
- C) águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;
- D) direito penal e direito civil;
- E) florestas, caça, pesca, fauna, conservação e preservação da natureza.

QUESTÃO 36

Acerca da disciplina da Administração Pública estabelecida na Constituição Estadual, assinale a alternativa **correta**.

- A) A remuneração dos servidores públicos só poderá ser fixada ou aumentada por lei, podendo a alteração que não acarretar aumento de despesa ser efetuada por decreto.

B) Os vencimentos dos cargos do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

C) O limite etário para o ingresso inicial no serviço público estadual é 65 anos.

D) Nenhum servidor do Poder Executivo perceberá remuneração ou subsídio superior ao do Governador.

E) Os empregados e servidores da Administração Indireta contribuirão para um fundo próprio de previdência pública, distinto do instituto de previdência da Administração Direta.

QUESTÃO 37

Assinale a opção **correta** acerca da organização dos Poderes e das funções essenciais à justiça, considerando as disposições da Constituição do Estado de Roraima.

A) A Constituição estadual poderá ser emendada mediante proposta de iniciativa popular.

B) O subsídio dos Deputados Estaduais será fixado em lei de iniciativa da Assembleia, na razão de, no máximo, 90,25% do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

C) O controle externo dos órgãos da Administração Direta estadual é realizado pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE, com o auxílio da Assembleia Legislativa.

D) O Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, 7 Desembargadores nomeados exclusivamente dentre magistrados de carreira.

E) Compete ao Governador nomear os dirigentes das empresas estatais, cabendo à mesa da Assembleia Legislativa exonerá-los em caso de crime de responsabilidade.

QUESTÃO 38

De acordo com a Resolução nº. 001/2017, do Conselho de Administração da CODESAIMA, o desenvolvimento funcional do empregado na carreira se dá mediante:

- A) promoção e progressão;
- B) ascensão funcional e progressão por titulação;
- C) por promoção por tempo de serviço e acesso;
- D) progressão horizontal e progressão vertical;
- E) progressão por merecimento e progressão por antiguidade, alternadamente.

QUESTÃO 39

À luz da Resolução nº. 001/2017, do Conselho de Administração, assinale a opção **correta**.

- A) O empregado público da CODESAIMA somente adquirirá a estabilidade após a aprovação no estágio probatório, que terá duração de 2 anos.
- B) A cessão do servidor para outro órgão ou entidade suspende o interstício para a obtenção do desenvolvimento na carreira.
- C) A remuneração do empregado não poderá ultrapassar o valor em espécie do subsídio mensal pago ao Diretor Presidente da CODESAIMA.
- D) A natureza pública do vínculo estabelecido entre o empregado e a CODESAIMA afasta os benefícios instituídos na CLT para os empregados da iniciativa privada.
- E) É vedado ao empregado público da CODESAIMA licenciar-se do cargo para tratar de interesses particulares.

QUESTÃO 40

Analise a seguinte situação-problema: Daniel, empregado da CODESAIMA, e sua esposa decidiram ter um filho. A esposa engravidou, porém, devido a complicações durante o trabalho de parto, veio a óbito. O filho sobreviveu e ficou aos cuidados do pai.

Nessa hipótese, tomando por base o disposto no Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016, Daniel:

- A) disporá de 5 dias consecutivos de licença paternidade;
- B) será dispensado 1 hora por dia da jornada de trabalho, pelo período máximo de 60 dias;
- C) gozará de licença paternidade pelo período de 15 dias;
- D) receberá um auxílio equivalente a 30% do salário-base para a colocação do recém-nascido em uma creche;
- E) usufruirá do tempo de licença a que teria direito a mãe, se fosse empregada.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 41

Ao finalizar o exercício contábil, determinada empresa levantou os seguintes resultados:

Bens	R\$ 48.000,00
Direitos	R\$ 29.000,00
Obrigações	R\$ 71.000,00

Assinale a alternativa **correta**.

A) Ativo = R\$ 48.000,00; Passivo = R\$ 77.000,00; Patrimônio Líquido = R\$ 23.000,00; Passivo Exigível = R\$ 77.000,00; Passivo no Balanço Patrimonial = R\$ 71.000,00.

B) Ativo = R\$ 77.000,00; Passivo = R\$ 71.000,00; Patrimônio Líquido = R\$ 6.000,00; Passivo Exigível = R\$ 71.000,00; Passivo no Balanço Patrimonial = R\$ 77.000,00.

C) Ativo = R\$ 48.000,00; Passivo = R\$ 42.000,00; Patrimônio Líquido = R\$ 6.000,00; Passivo Exigível = R\$ 77.000,00; Passivo no Balanço Patrimonial = R\$ 71.000,00.

D) Ativo = R\$ 77.000,00; Passivo = R\$ 71.000,00; Patrimônio Líquido = R\$ 71.000,00; Passivo Exigível = R\$ 71.000,00; Passivo no Balanço Patrimonial = R\$ 71.000,00.

E) Ativo = R\$ 48.000,00; Passivo = R\$ 42.000,00; Patrimônio Líquido = R\$ 6.000,00; Passivo Exigível = R\$ 71.000,00; Passivo no Balanço Patrimonial = R\$ 77.000,00.

QUESTÃO 42

Assinale a alternativa **correta**, classificando quanto aos grupos de contas:

Fundo de comércio – Reserva Legal - Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Amortização Acumulada – Dividendos a pagar.

A) Ativo circulante – Patrimônio Líquido - Ativo Não Circulante – Tangível – Passivo Não Circulante.

B) Ativo Não circulante – Patrimônio Líquido - Ativo Não Circulante – Intangível – Passivo Não Circulante.

C) Ativo circulante – Patrimônio Líquido - Ativo Circulante – Tangível – Passivo Não Circulante.

D) Ativo circulante – Patrimônio Líquido - Ativo Não Circulante – Intangível – Passivo Não Circulante.

E) Ativo Não circulante – Patrimônio Líquido - Ativo Circulante – Intangível – Passivo Circulante.

QUESTÃO 43

No que se refere à classificação das Contas de Resultado. Assinale a alternativa **correta**.

Aluguéis Passivos – Juros ativos - Venda de mercadoria - Café e Lanches – Descontos concedidos.

A) Despesa – Receita – Receita – Despesa – Despesa.

B) Receita - Despesa – Despesa - Receita – Receita.

C) Despesa – Receita – Despesa – Despesa – Receita.

D) Receita - Receita – Despesa - Receita – Receita.

E) Despesa – Despesa – Receita – Despesa – Despesa.

QUESTÃO 44

O princípio da entidade defende a autonomia do patrimônio a ela pertencente. Assinale a alternativa **incorreta** quanto à declaração:

A) O patrimônio do sócio não se confunde com o patrimônio da empresa.

B) O patrimônio é aquele juridicamente formalizado como pertencente à Entidade.

C) O patrimônio do sócio ou proprietário junta-se ao patrimônio da empresa.

D) A autonomia patrimonial apresenta sentido unívoco.

E) A Entidade poderá ser uma pessoa física, ou algum tipo de sociedade, instituição ou mesmo conjuntos de pessoas.

QUESTÃO 45

Assinale a alternativa **correta** quanto a afirmação: “Diz respeito ao critério de avaliação de estoque PEPS”.

A) Atribui-se aos estoques os custos mais antigos.

B) Atribui-se aos estoques os custos médios atualizados a cada compra.

C) Atribui-se aos estoques os custos da primeira compra.

D) Atribui-se aos estoques os custos mais recentes.

E) Atribui-se aos estoques os custos somente no final do período.

QUESTÃO 46

Quanto ao conceito de Consolidação das Demonstrações Contábeis. Assinale a alternativa **incorreta**.

A) Consiste na soma dos saldos das contas de cada demonstração.

B) Consiste em apresentar a situação financeira e econômica de todo o grupo como uma única empresa.

C) Consiste na unificação das demonstrações contábeis da controlada e da controladora.

D) Consiste na eliminação de contas que guardem reciprocidade entre as empresas do grupo.

E) Consiste na soma dos saldos das eliminações de cada instituição.

QUESTÃO 47

Analise os valores constantes na Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) e calcule os saldos finais da demonstração:

ENTRADAS

Recebimentos de clientes..... R\$ 833,00

TOTAL DAS ENTRADAS..... R\$ 833,00

SAÍDAS

Pagamento a fornecedores (R\$ 135,00)

Pagamento de despesas (R\$ 310,00)

TOTAL DAS SAÍDAS (R\$ 445,00)

VARIAÇÃO DO PERÍODO.....

(+) SALDO DO INÍCIO DO PERÍODO R\$ 500,00

= SALDO NO FINAL DO PERÍODO

Assinale a alternativa **correta** com base na DFC.

A) A variação do período é de R\$ 388,00 e o Saldo, ao Final do período, é R\$ 888,00.

B) A variação do período é de R\$ 1.278,00 e o Saldo, ao Final do período, é R\$ 1.778,00.

C) A variação do período é de R\$ 388,00 e o Saldo, ao Final do período, é R\$ 500,00

D) A variação do período é de R\$ 833,00 e o Saldo, ao Final do período, é R\$ 445,00

E) A variação do período é de R\$ 1.278,00 e o Saldo, ao Final do período, é R\$ 778,00

QUESTÃO 48

Julgue as afirmativas em Verdadeiro ou Falso em relação à Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

I. Comprova o quanto de riqueza uma empresa produziu.

II. Corresponde à soma entre a receita total e os custos dos recursos adquiridos de terceiros.

III. Demonstra o quanto a empresa contribuiu para formação do PIB do país em determinado período.

Assinale a alternativa **correta** que corresponde à ordem das afirmativas:

- A) I é verdadeira II e III são falsas.
- B) I e II verdadeira e III falsa.
- C) II é verdadeira I e III são falsas.
- D) I e III verdadeira e II Falsa.
- E) I e II são falsas e III é verdadeira.

QUESTÃO 49

Analise os conceitos e assinale a alternativa **correta** que corresponda à verdade dos procedimentos.

I. A fusão de empresas implica na união das ações de duas ou mais sociedades na formação de uma nova sociedade.

II. A cisão de empresas implica na transferência de parcelas ou totalidade do patrimônio de uma sociedade para uma ou mais sociedades.

III. A Incorporação de empresas implica a sucessão universal, com a extinção de uma das empresas.

- A) I, II e III estão corretas.
- B) Somente a III está correta.
- C) Somente a II está correta.
- D) Somente a I está correta.
- E) Somente I e III estão corretas.

QUESTÃO 50

Entre as afirmativas abaixo, assinale a alternativa **incorreta** referente ao conceito da Demonstração de Resultado do Exercício – DRE.

- A) É composta por contas de resultado e contas patrimoniais.
- B) Todas as contas de resultado serão zeradas na DRE.
- C) As informações devem ser coletadas diretamente do Livro Razão.
- D) Evidencia a formação dos vários níveis de resultado, mediante confronto entre receitas x custos x despesas.

E) A estrutura é padronizada pela Lei 6.404/1976.

QUESTÃO 51

Assinale a alternativa **correta**, quando não existe incidência de ICMS.

- A) Provitimento de bebidas em bares e restaurantes.
- B) Entrada de produtos importados do exterior.
- C) Prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal.
- D) Serviço prestado no exterior.
- E) Transações de arrendamento mercantil, não compreendida a venda do bem arrendado ao arrendatário.

QUESTÃO 52

Considerado um fato gerador de ICMS, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Transferência de bens móveis salvados de sinistro para companhias seguradoras.
- B) Fornecimento de alimentação.
- C) Desembaraço aduaneiro das mercadorias importadas do exterior.
- D) Transmissão a terceiro de mercadoria depositada em armazém geral.
- E) Transmissão de propriedade de mercadoria.

QUESTÃO 53

Acerca das características do PIS/PASEP, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Tem como fato gerador as receitas correntes arrecadadas e as transferências correntes e de capital recebidas pelas pessoas jurídicas de direito público interno, exceto as fundações públicas.
- B) Vence até o último dia útil da primeira quinzena do mês subsequente ao de ocorrência dos correspondentes fatos geradores.

C) O prazo para a constituição de créditos do PIS/Pasep extingue-se após 5 (cinco) anos.

D) Serve para dar segurança ao FGTS e gerir o Programa de Integração.

E) São contribuições sociais de natureza tributária.

QUESTÃO 54

Sobre as Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), assinale a alternativa **correta**.

A) São tributos de natureza fiscal e de arrecadação vinculada.

B) São tributos de natureza extrafiscal e de arrecadação vinculada.

C) São tributos de natureza administrativa e de arrecadação desvinculada.

D) São tributos de natureza contábil e de arrecadação programada.

E) São tributos de natureza arbitrária e de arrecadação programada.

QUESTÃO 55

Assinale a alternativa **correta**, “NÃO TRATA da COFINS”.

A) É recolhida mensalmente ao governo estadual.

B) São contribuintes pessoas jurídicas de direito privado em geral.

C) É calculada sob o faturamento que a empresa alcançou no referido mês.

D) Deve ser recolhida no mês seguinte ao mês de ocorrência do fato gerador.

E) As legislações que tratam da COFINS e do PIS/PASEP são semelhantes.

QUESTÃO 56

Assinale a alternativa **correta**. Não podem ser deduzidas do Imposto de Renda:

A) instrução educativa própria;

B) despesas médicas;

C) planos de saúde fora do Brasil;

D) instrução educativa de dependentes;

E) terapia ocupacional no Brasil ou exterior.

QUESTÃO 57

Quanto ao Imposto de Renda, assinale a alternativa **correta**.

I. Para as pessoas físicas, a base de cálculo são os rendimentos.

II. Para as pessoas jurídicas, a base de cálculo é o lucro.

III. A base de cálculo é o montante real, arbitrado ou presumido, da renda ou dos proventos tributáveis.

A) Apenas a I é verdadeira.

B) Apenas a II é verdadeira.

C) Apenas a III é falsa.

D) I, II e III são falsas.

E) I, II e III são verdadeiras.

QUESTÃO 58

Quanto a desobrigação de declarar o imposto de renda, relativa ao exercício 2017. Assinale a alternativa **correta**.

A) Recebeu rendimentos tributáveis, sujeitos ao ajuste na declaração, cuja soma foi superior a R\$ 28.559,70.

B) Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma foi superior a R\$ 40.000,00.

C) Teve, em 31 de dezembro, a posse ou a propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, de valor total superior a R\$ 300.000,00.

D) Passou à condição de residente no Brasil em qualquer mês e nesta condição se encontrava em 31 de dezembro.

E) Pessoas portadora de doenças graves, que se encaixem nos requisitos impostos na Lei nº 7.713/88.

QUESTÃO 59

As pessoas jurídicas, por opção ou por determinação legal, são tributadas por uma das seguintes formas, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Simples.
- B) Lucro Presumido.
- C) Lucro Real.
- D) Lucro Arbitrado.
- E) Todas as alternativas estão corretas.

QUESTÃO 60

Assinale a alternativa **incorreta** São características da Contribuição Social Sobre o Lucro.

- A) Tributo federal que incide sobre todas as Pessoas Jurídicas (PJ) domiciliadas no Brasil.
- B) Seu objetivo é o de apoiar financeiramente a Seguridade Social.
- C) A apuração da CSLL acompanha a forma de tributação do lucro adotado para o PIS/PASEP.
- D) Diz respeito aos investimentos em serviços públicos como aposentadoria e desemprego.
- E) São aplicadas as mesmas normas de apuração e de pagamento que foram estabelecidas para o IRPJ.

QUESTÃO 61

Existem dez princípios que norteiam o Orçamento Empresarial, assinale a alternativa **incorreta** sobre eles.

- A) Adaptação organizacional.
- B) Aplicação imutável.
- C) Envolvimento administrativo.
- D) Orientação por objetivos.
- E) Reconhecimento do esforço individual e do grupo.

QUESTÃO 62

Assinale a alternativa **incorreta**. São características dos Sistemas de Informações Gerenciais.

- A) Viabiliza abordagem mais enfática e agressiva em termos de controle gerencial.
- B) A base de dados não é parte integrante da organização.
- C) Criam possibilidades de produção de informações gerenciais, necessárias ao processo de tomada de decisões interna.
- D) Geram informações fiscais, destinadas a atender a legislação.
- E) Agilidade na geração de informações gerenciais e financeiras.

QUESTÃO 63

Analise as afirmativas quanto às etapas do orçamento operacional.

- I. A etapa operacional consiste nos planos que proporciona condições de estruturação das atividades de organização, de maneira a integrar as operações.
- II. A etapa operacional é dividida em planos organizacionais, de suprimentos, produção e estocagem, de comunicação, de recursos holísticos e plano governamental.
- III. A etapa financeira é a existência dos demonstrativos contábeis.

Assinale a alternativa **correta**:

- A) I,II,III estão corretas.
- B) II, III estão corretas.
- C) I, II estão corretas.
- D) I, III estão erradas.
- E) Somente a II está errada.

QUESTÃO 64

No que diz respeito ao conceito de Mercado de Capitais, assinale a alternativa **correta**.

- A) Estuda os movimentos patrimoniais provocados pela atividade financeira do Estado.
- B) Objetiva auxiliar o processo decisório, assegurando a continuidade dos programas do governo.
- C) É um sistema de distribuição de valores mobiliários que visa proporcionar liquidez aos títulos de emissão de empresas e viabilizar seu processo de capitalização.
- D) Formam a substância patrimonial do Estado.
- E) Controla o aumento de benefícios econômicos durante o período contábil com a entrada de recursos.

QUESTÃO 65

Referente ao conceito Joint-ventures, assinale a alternativa **correta**.

- A) É um negócio em conjunto, segundo o qual as partes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.
- B) É um negócio em conjunto, segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio.
- C) Deve reconhecer, com relação aos seus interesses ativos, passivos, sua receita de venda da sua parcela sobre a produção advinda da operação em conjunto.
- D) Deve contabilizar os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses conjuntos.
- E) Devem Compartilhar, contratualmente, o controle de negócio que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

QUESTÃO 66

Julgue as afirmativas Verdadeiras (V) e Falsas (F).

- I. Leasing Operacional é a operação na qual a arrendatária, a princípio, não tem a intenção de adquirir o bem ao final do contrato.
- II. No leasing operacional, o valor do bem arrendado integra o imobilizado no ativo permanente, em contrapartida ao valor total das contraprestações e do valor residual que deve ser registrado no passivo.
- III. Leasing Financeiro é a operação na qual a arrendatária tem a intenção de ficar com o bem ao término do contrato, exercendo a opção de compra pelo valor contratualmente estabelecido.
- IV. No leasing financeiro, as obrigações decorrentes do contrato de arrendamento financeiro não devem integrar as contas do passivo circulante ou exigível a longo prazo, exceto pela parcela devida no mês.

Assinale a alternativa **correta**:

- A) V, V, V, V.
- B) V, V, F, F.
- C) F, V, F, V.
- D) F, F, V, V.
- E) V, F, V, F.

QUESTÃO 67

Relacione a situação descrita na primeira coluna com o procedimento a ser adotado na segunda coluna, em concordância com o conceito corresponde ao tipo de Decisão Financeira.

- | | |
|------------------------------|---|
| (1) Decisão de financiamento | () Significa dizer como será tomada a decisão de alocar seus recursos. |
| (2) Decisão de investimento | () Uma corporação deve então examinar a decisão de distribuição dos lucros que deve ser equilibrado com a necessidade de estabilidade. |

- () A corporação deve tomar esse tipo de decisão visando às necessidades da empresa, o seu mercado e suas necessidades específicas.
- (3) Decisão de dividendo

Assinale a alternativa **correta**.

- A) 1, 2, 3.
 B) 3, 2, 1.
 C) 2, 1, 3.
 D) 2, 3, 1.
 E) 1, 3, 2.

QUESTÃO 68

Assinale a alternativa **incorreta**. São vantagens do processo de exportação comercial.

- A) O tempo de exportação passa a ser menor que o tempo de fabricação nacional.
 B) Aperfeiçoamento dos recursos humanos, podendo oferecer melhores salários e treinamentos para seus funcionários.
 C) Imagem da empresa que passa a ser referência tanto em seu país quanto no exterior.
 D) Maior produtividade, aumentando a escala de produção.
 E) Aperfeiçoamento dos processos industriais para melhorar a qualidade e a apresentação de seus produtos.

QUESTÃO 69

Assinale a alternativa **incorreta**. São funções da gestão de custos para auxiliar nas tomadas de decisões.

- A) Fornecer dados para estabelecer padrões.
 B) Embasar os gestores em questões de investimentos de curto e longo prazo.
 C) Fornecer informações para diversas necessidades, que servem para a determinação da rentabilidade e do desempenho da entidade.

D) Criar opções de compra e administração de preços de venda.

E) Tem por objetivo controlar o patrimônio das empresas e apurar o resultado como sendo a variação do patrimônio.

QUESTÃO 70

Em relação aos aspectos de custos necessários a tomada de decisões, assinale a alternativa **correta**.

- A) A tomada de decisões depende unicamente da margem de contribuição utilizada para a avaliação dos custos.
 B) Ter conhecimento da legislação fiscal e previdenciária que disciplinam as atividades da empresa.
 C) Ter sempre presente que o sistema deve ser adequado aos fins e não os fins ao sistema.
 D) Considerar sempre os valores relevantes, não perdendo tempo com valores insignificantes, muitas vezes difíceis de ser obtidos.
 E) Preparar as informações, de forma que o usuário que as solicita consiga entendê-las.

QUESTÃO 71

Assinale a alternativa **incorreta**. É um campo de aplicação da contabilidade governamental.

- A) Autarquias.
 B) Bancos Privados.
 C) Fundação pública.
 D) Sociedades de economia mista.
 E) Câmara dos Deputados.

QUESTÃO 72

Julgue as afirmativas Verdadeiras (V) e Falsas (F).

- I. O objetivo da Contabilidade Governamental é o de fornecer aos gestores informações atualizadas e exatas para subsidiar as tomadas de decisões.

II. A Contabilidade Governamental registra os atos potenciais praticados pelo administrador, que poderão alterar qualitativa e quantitativamente o patrimônio.

III. A Contabilidade Governamental é uma ferramenta indispensável para a gestão de negócios.

Assinale a alternativa **correta**.

- A) F, F, V,
- B) V, F, V.
- C) V, V, F.
- D) F, V, F.
- E) V, V, V.

QUESTÃO 73

Assinale a alternativa **incorreta**. Em relação ao orçamento público.

- A) Inicia-se com um texto elaborado pelo Poder Executivo e entregue ao Poder Legislativo para discussão.
- B) Contém a estimativa de arrecadação das receitas federais para o ano seguinte e a autorização para a realização de despesas do Governo.
- C) Existem princípios básicos que devem ser seguidos para elaboração e controle dos Orçamentos Públicos, que estão definidos, no caso brasileiro, na Constituição e na Lei Complementar nº 101.
- D) Está atrelado a um forte sistema de planejamento público das ações a realizar no exercício.
- E) É no Orçamento que o cidadão identifica a destinação dos recursos que o governo recolhe sob a forma de impostos.

QUESTÃO 74

Assinale a alternativa **incorreta**. São Receitas Correntes de capital em que não há uma cobrança financeira em relação ao Estado.

- A) Amortização de Empréstimos.
- B) Receita Tributária.
- C) Transferências Correntes.
- D) Receita Industrial.
- E) Receita Agropecuária.

QUESTÃO 75

Analise as afirmativas que correspondem aos estágios da Receita pública.

I. Previsão: É uma estimativa em relação as receitas no intuito de estabelecer uma proposta orçamentária para aprovação no legislativo e na criação de uma Lei Orçamentária.

II. Arrecadação: Ocorre quando o Estado recolhe tributos, multas e créditos. Os valores arrecadados devem ser redirecionados para a Conta Única do Tesouro Nacional.

III. Recolhimento: Ocorre quando o agente arrecadador repassa o que foi arrecadado para o banco oficial. Essa conta única está no Banco Central.

Assinale a alternativa **correta**.

- A) Somente a I está correta.
- B) Somente a II está correta.
- C) Somente a III está correta.
- D) Somente I, II estão corretas.
- E) I, II, III estão Incorretas.

QUESTÃO 76

Assinale a alternativa **incorreta**. São classificações da Despesa Pública.

- A) Quanto à Natureza.
- B) Quanto à Categoria Econômica.
- C) Quanto à Afetação Patrimonial.
- D) Quanto à arrecadação duvidosa.
- E) Quanto à Competência Institucional.

QUESTÃO 77

Assinale a alternativa **incorreta**. São exemplos de contas utilizadas no Balanço Orçamentário.

- A) Receita prevista.
- B) Despesa Empenhada.
- C) Receita Realizada.
- D) Créditos Adicionais.
- E) Créditos para liquidação duvidosa de fornecedores.

QUESTÃO 78

Assinale a alternativa **incorreta** para a declaração: “O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que demonstra a movimentação financeira das entidades do setor público, deixando evidentes alguns fatos”.

- A) O detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante.
- B) A receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas.
- C) Os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários.
- D) As transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária.
- E) O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

QUESTÃO 79

Assinale a alternativa **incorreta**. São etapas do processo orçamentário.

- A) Estabelecimento de premissas.
- B) Diagnóstico financeiro.
- C) Consolidação dos dados.
- D) Execução orçamentária.
- E) Orçamentos parciais.

QUESTÃO 80

Assinale a alternativa **correta**: “É uma característica que não corresponde ao Plano Plurianual”.

- A) Prevê a atuação do Governo durante o período pré-estabelecido.
- B) Tem vigência do primeiro ano de um mandato presidencial até o final do segundo ano do mandato seguinte.
- C) Deverá conter: objetivo, órgão do Governo responsável pela execução do projeto, valor, prazo de conclusão, fontes de financiamento, indicador que represente a situação que o plano visa alterar, etc.
- D) A cada ano, será realizada uma avaliação do processo de andamento das medidas a serem desenvolvidas durante o período quadrienal.
- E) É aprovado por lei quadrienal, sujeita a prazos e ritos diferenciados de tramitação.

QUESTÃO 81

Segundo Lima e Castro (2009:9), “O orçamento permite o controle entre o programa e a ação, fazendo com que os órgãos executivos adquiram noção de responsabilidade e alcancem o significado das tarefas a seu cargo, dentro da entidade pública a que servem”. Sobre os orçamentos, assinale a alternativa **correta**.

- A) O projeto de Lei Orçamentária Anual para o orçamento do Poder Judiciário é elaborado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e encaminhado diretamente ao Congresso Nacional para discussão e votação.

B) A Lei de Diretrizes Orçamentárias não se aplica ao orçamento do Poder Judiciário, pois existe independência entre os Poderes e independência orçamentária e financeira.

C) É permitido consignar na lei orçamentária crédito ilimitado, desde que alocado dentro de créditos suplementares para suportar dotações decorrentes de créditos adicionais.

D) No âmbito do orçamento do Poder Judiciário, é vedada a abertura de crédito adicional.

E) Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinados aos órgãos do Poder Judiciário serão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da Lei Complementar.

QUESTÃO 82

Assinale a alternativa **correta**. “A qual estágio da receita corresponde o momento em que o contribuinte/devedor paga no banco o IPTU devido? Esta situação corresponde ao estágio da receita denominada”:

- A) recolhimento.
- B) arrecadação.
- C) lançamento.
- D) previsão.
- E) empenho.

QUESTÃO 83

O planejamento é indispensável ao administrador público responsável, pois planejar é o ponto de partida para a administração eficiente e eficaz. Um instrumento valioso para isso é caracterizado pelo Plano Plurianual. Assinale a alternativa **correta**.

- A) Cria as receitas necessárias para as despesas de capital a serem consideradas na Lei Orçamentária Anual.
- B) Estabelece as diretrizes de forma totalizante para o país, deixando a regionalização para a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

C) Se limita ao planejamento de curto prazo para o governo federal.

D) Também deve considerar os programas de duração continuada.

E) Estabelece diretrizes e objetivos da administração pública, sendo as metas tratadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

QUESTÃO 84

O Plano Plurianual-PPA é o instrumento que expressa o planejamento do governo federal, estadual, distrital e municipal para um período de quatro anos, iniciando-se no segundo ano de mandato do chefe do Poder Executivo e terminando no primeiro ano de mandato do chefe do Poder Executivo subsequente, objetivando garantir a continuidade dos planos e programas instituídos pelo governo anterior. A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

I. Para que seja aprovada modificação da LOA, as emendas devem ser compatíveis somente com o PPA.

II. Os Poderes Legislativos, Executivo e Judiciário manterão sistema de controle interno para avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual.

III. Para que uma despesa de capital possa ser realizada, caso uma execução ultrapasse um exercício financeiro, deverá ela ser incluída, previamente, no plano plurianual ou em prévia lei que autorize e fixe o montante das dotações que anualmente constarão do orçamento durante o prazo de sua vigência.

Assinale a alternativa **correta**.

- A) Somente a afirmativa I está correta.
- B) Somente a afirmativa II está correta.
- C) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- D) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- E) Somente as afirmativas II e III estão corretas.

QUESTÃO 85

Observe o quadro abaixo, considerando a competência dos entes federativos para instituir impostos.

Imposto arrecadado sobre	Valor R\$
Exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados	150,00
Operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação –ICMS	200,00
Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	200,00
Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	120,00
Serviços de qualquer natureza - ISS	250,00
Importação de produtos estrangeiros	200,00
Renda e proventos de qualquer natureza	400,00
Transmissão causa <i>mortis</i> e doação, de quaisquer bens e direitos	180,00
Produtos Industrializados - IPI	100,00
Transmissão <i>inter vivos</i> de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis	100,00
Operação de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários	50,00

Assinale a alternativa **correta**, para o total das receitas tributárias arrecadadas, cuja competência são dos municípios.

- A) R\$ 500,00
- B) R\$ 550,00
- C) R\$ 150,00
- D) R\$ 480,00
- E) R\$ 250,00

QUESTÃO 86

Com base nas características e aspectos do orçamento tradicional, onde o processo orçamentário em que apenas uma dimensão do orçamento é explicitada e do orçamento-programa, onde as principais características são: integração, planejamento, orçamento, quantificação de objetivos e fixação de metas, relação insumo-produto, físico-financeiro, assinale a alternativa **incorreta**:

- A) No orçamento-programa, há previsão das receitas e fixação das despesas com o objetivo de atender às necessidades coletivas definidas no Programa de Ação do Governo.
- B) No orçamento tradicional, as decisões orçamentárias são tomadas tendo em vista as necessidades das unidades organizacionais.
- C) Na elaboração do orçamento-programa, os principais critérios classificatórios são as unidades administrativas e elementos.
- D) No orçamento tradicional, inexistem sistemas de acompanhamento e medição do trabalho, assim como dos resultados.
- E) O orçamento-programa é um instrumento de ação administrativa para execução dos planos de longo, médio e curto prazo.

QUESTÃO 87

A classificação econômica possibilita analisar o impacto das ações governamentais em toda a economia, podendo proporcionar uma indicação de contribuições do governo na formação bruta do capital do País. Segundo a categoria econômica, as despesas são classificadas em Despesas Correntes e Despesa de Capital. Assinale a alternativa **incorreta** no que diz respeito à Despesa.

- A) Classificam-se em despesas correntes todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.
- B) Investimentos são despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

C) Agrupam-se em amortização da dívida as despesas com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna ou externa.

D) São incluídas em inversões financeiras as despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização.

E) Classificam-se em despesas de capital aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, incluindo-se as despesas com o pagamento de juros e comissões de operações de crédito internas.

QUESTÃO 88

De acordo com o Supremo Tribunal Federal acerca da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, (Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal), a Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal mudou a história da administração pública no Brasil. Através dela, todos os governantes passaram a obedecer as normas e limites para administrar as finanças, prestando conta sobre o quanto e como gastam os recursos públicos. Assinale a alternativa **correta**:

A) Os entes da Federação não podem ser atingidos pelas limitações jurídicas que derivam da inscrição, em cadastros restritivos, de suas entidades da administração indireta.

B) O Poder Executivo pode limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas fiscais e o Poder Legislativo ou Judiciário ou o Ministério Público não promova limitação de empenho e movimentação financeira no prazo legal.

C) O Distrito Federal, embora submetido a regime constitucional diferenciado, está bem mais próximo da estruturação dos Municípios do que da arquitetura constitucional dos Estados-membros.

D) O Distrito Federal custeia seu Poder Judiciário e Ministério Público.

E) A Lei de Responsabilidade Fiscal, ao disciplinar as operações de crédito efetuadas por fundos, vedando as que se dêem entre um fundo de um ente da Federação e outro ente, atenta contra o princípio federativo.

QUESTÃO 89

Segundo o Manual de Procedimentos, receitas públicas são todos os ingressos de recursos não passíveis de devolução, auferidos pelo poder público, em qualquer esfera governamental, para alocação e cobertura das despesas públicas. Assim, todo o ingresso orçamentário constitui uma receita pública, pois tem como objetivo atender às despesas públicas. Assinale a alternativa **incorreta**.

A) Algumas receitas derivadas dos entes da Federação podem ser vinculadas à prestação de garantia ou contragarantia à União, mas não ao pagamento de débitos para com esta.

B) Tanto a taxa quanto o preço público têm pagamento compulsório, mas só a primeira pode ser cobrada pela mera disposição de um serviço público.

C) A estimativa do impacto orçamentário-financeiro e o atendimento à lei de diretrizes orçamentárias são condições necessárias mas não suficientes à renúncia de receita.

D) A receita originária caracteriza-se fundamentalmente pelo fato de sua percepção não ter o caráter coercitivo próprio da atividade do Estado.

E) Concessões de isenção em caráter não geral estão compreendidas no conceito legal de renúncia de receita.

QUESTÃO 90

A execução orçamentária e financeira ocorrem concomitantemente, por estarem atreladas uma a outra. Havendo orçamento e não existindo o recurso financeiro, não poderá ocorrer a despesa. Classifique as opções em Verdadeiras (V) ou Falsas (F).

() As despesas a serem realizadas pelo governo devem fazer parte de um programa do Plano Plurianual e não podem contrariar

nenhuma das disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

() É vedada a realização de qualquer despesa que não seja prevista explicitamente na Lei Orçamentária Anual aprovada pelo Congresso Nacional.

() Após a aprovação da Lei Orçamentária Anual, será elaborado o decreto de programação financeira e orçamentária pelo órgão central de programação financeira, com o planejamento detalhado das despesas a serem realizadas em cada unidade administrativa, inclusive suas unidades supervisionadas.

() Toda alteração em programa governamental deverá ser acompanhada de uma estimativa do impacto orçamentário-financeiro no quinquênio subsequente, em conformidade com os princípios da programação deslizando.

Assinale a alternativa **correta**.

A) F, F, V, V

B) V, F, F, F

C) V, F, V, F

D) V, V, F, V

E) V, F, V, V

QUESTÃO 91

Uma instituição financeira oferece resgate do valor equivalente às reservas de um plano de benefícios perpétuos em uma única vez. O acordo dará quitação geral e definitiva dos benefícios, com a conseqüente extinção dos contratos. Para um cliente que recebe R\$ 6.000,00 mensais, foi oferecido o valor do pagamento de R\$ 80.000,00. Desconsidere impostos e taxas. Assinale a alternativa **correta**, quanto a taxa mensal de juros compostos praticada pela instituição nesse tipo de operação.

A) 5,5%.

B) 75%.

C) 7,1%.

D) 8,0%.

E) 7, 5%.

QUESTÃO 92

Uma aplicação de R\$ 8.000,00, após dois meses, resultou em um montante de R\$ 12.210,00. Considerando a incidência de imposto sobre o rendimento de 30% e a taxa mensal de inflação de 10%. Assinale a alternativa **correta**, quanto a taxa de juros real durante o período de aplicação.

- A) 8,43%.
- B) 7,5%.
- C) 8,0%.
- D) 8,5%.
- E) 8, 45%.

QUESTÃO 93

Assinale a alternativa **correta**. Um empréstimo por dois meses, utilizando o regime de juros compostos de 15% ao mês, equivale a um empréstimo utilizando o regime de juros simples, pelo mesmo período, de:

- A) 16,5% ao mês;
- B) 16% ao mês;
- C) 15% ao mês;
- D) 14,5% ao mês;
- E) 11% ao mês.

QUESTÃO 94

Um capital está aplicado à taxa nominal de 40% ao ano, com capitalização trimestral. Assinale a alternativa **correta**, quanto a taxa efetiva semestral dessa aplicação.

- A) 21,50%.
- B) 20,25%.
- C) 21,00%.
- D) 21,78%.
- E) 25,82%.

QUESTÃO 95

Assinale a alternativa **correta**. Um indivíduo pretende comprar um imóvel financiado em 60 meses, utilizando o Sistema de Amortização Constante – SAC. Ele procurou uma instituição financeira que opera com vencimento da primeira prestação um mês após a liberação dos recursos, taxa de juros de 5% ao mês, e foi informado que, pela análise dos comprovantes de rendimentos, o limite máximo da prestação teria que ser de R\$ 7.000,00. O valor máximo que ele pode financiar, em reais, é.

- A) R\$ 75.000,00;
- B) R\$ 100.000,00;
- C) R\$ 185.000,00;
- D) R\$ 105.000,00;
- E) R\$ 420.000,00.

QUESTÃO 96

Assinale a alternativa **correta**. Um título de valor de face de R\$ 25.000,00, com vencimento para 120 dias, foi descontado – desconto simples por fora ou desconto comercial à taxa de desconto de 60% ao ano. O valor do desconto, em reais, foi:

- A) R\$ 5.500,00;
- B) R\$ 5.750,00;
- C) R\$ 5.000,00;
- D) R\$ 5.250,00;
- E) R\$ 2.000,00.

QUESTÃO 97

Marcos contratou um empréstimo bancário que deveria ser quitado em 30 de março de 2017. Como conseguiu o dinheiro necessário 30 dias antes dessa data, Marcos negociou com o gerente e conseguiu 10% de desconto. Assim, quitou o empréstimo antecipadamente, pagando R\$ 5.940,00. Qual era o valor em reais a ser pago por Marcos em 30 de março de 2017?

- A) R\$ 5.600,00

- B) R\$ 6.600,00
- C) R\$ 4.752,00
- D) R\$ 6.300,00
- E) R\$ 7.410,00

QUESTÃO 98

Assinale a alternativa **correta**. Uma loja de roupas recebeu uma remessa com 350 camisas e 150 calças. Das peças recebidas, 18% das camisas estavam sem um dos botões e 16% das calças tinham problemas com o zíper. O total das peças com defeitos representa, em relação ao total de peças recebidas, uma porcentagem de:

- A) 17,0%
- B) 6,3%
- C) 8,8%
- D) 7,4%
- E) 17,4%

QUESTÃO 99

Considerando que uma dívida no valor de R\$ 36.000,00, contraída pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), tenha sido paga em 6 prestações mensais e que o valor dos juros pagos na 5ª prestação tenha sido igual a R\$ 180,00. Assinale a alternativa **correta**.

- A) Todas as prestações foram de mesmo valor.
- B) Após a 5ª amortização, o valor da dívida era de R\$ 4.000,00.
- C) A taxa de juros cobrada nessa transação foi de 20% ao mês.
- D) O valor dos juros pagos na 3ª prestação foi de R\$ 200,00.
- E) A soma das 3ª e 6ª prestações foi igual a R\$ 4.000,00.

QUESTÃO 100

Assinale a alternativa **correta**. Um projeto de investimento, cujo aporte de capital inicial é de R\$ 40.000,00, irá gerar, após um período, retorno de R\$ 62.000,00. A Taxa Interna de Retorno (TIR) desse investimento é:

- A) 55%.
- B) 64%.
- C) 35%.
- D) 155%.
- E) 75%.